

O Modelo de Policiamento Comunitário nos Programas de Educação Policial: uma breve Revisão da Literatura Especializada sobre o Assunto

PAULA PONCIONI

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil

Resumo: Este trabalho é parte constitutiva da pesquisa realizada no estágio de pós-doutorado sênior realizado no King's Brazil Institute, King's College, Londres, Inglaterra, cujo objetivo principal foi identificar e examinar os significados e sentidos atribuídos à educação policial, a partir do debate teórico presente na produção acadêmica – nacional e internacional, sobretudo de língua inglesa, que inclui estudos empíricos – sobre o assunto. Buscou-se por intermédio desse debate, apreender as referências gerais e específicas sobre o alcance e efetividade da educação policial para a promoção dos valores e normas próprios da profissão, das competências e das habilidades por parte de policiais para o campo de trabalho, especialmente em relação à adoção da filosofia e da estratégia de policiamento comunitário. Tratou-se de identificar e analisar aqueles fatores que a literatura indica como limitadores, ou ao contrário, como facilitadores neste tipo de recurso institucional – a educação policial – para a implementação desse modelo de policiamento específico com vistas a promoção da segurança pública.

A pesquisa bibliográfica foi realizada, compreendendo o levantamento e a análise sobre a literatura especializada relativa aos seguintes temas: educação policial, formação policial, ensino policial, treinamento policial, modelos de policiamento (especialmente o policiamento comunitário

e estratégias semelhantes), democracia, políticas públicas, militarismo e cultura policial. A pesquisa da literatura internacional foi realizada por intermédio do acervo de títulos – livros, artigos, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pesquisa e periódicos acadêmicos – disponíveis na Maughan Library, King’s College, Londres, Inglaterra. A produção acadêmica brasileira foi examinada essencialmente por intermédio dos resumos de teses de doutorado e de dissertações de mestrado do período de 2010 a 2015, que se encontravam no Portal Web da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Palavras-chave: Educação policial, Policiamento comunitário, Brasil.

Abstract: This work is an integral part of the research conducted at the pos-doctoral research at the King’s Brazil Institute, King’s College, London, England carried out on August 2014 to July 2015 – , with the support of Higher Education Personnel Improvement Coordination – CAPES.

The research has as a main objective to identify and examine the meanings attributed to police education, setting out from the theoretical debate on the subject found in the national and international academic literature, especially in English. Through this debate, the aim is to apprehend the general and specific references on the range and effectiveness of police education in terms of promoting professional values and norms and enhancing the skills and abilities of police officers, especially in terms of the philosophy and strategy of community policing. The research seeks to identify and analyse those factors that, as the literature suggests, limit or, on the contrary, facilitate this type of institutional resource – police education – to implement this specific model of policing as part of the promotion of public security.

The specialized literature research was conducted, including the survey and analysis of the national and international titles on the following topics: police education, police training, policing models (particularly community policing and similar strategies), democracy, public policy, militarism and police culture. The research of the literature was performed through the titles collection – books, articles, monographs, dissertations, PhD theses, research reports and academic journals – available in the Maughan Library, King’s College, London, England. The Brazilian academic production was examined primarily through the doctoral dissertation abstracts and master’s theses – 2010 to 2015 – which were in the Web Portal – CAPES.

Key-words: Police education. Community policing, Brazil

Apresentação

Este trabalho é parte constitutiva da pesquisa realizada no estágio sênior realizado no King's Brazil Institute, King's College, Londres, Inglaterra, no período de agosto de 2014 a julho de 2015, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A pesquisa teve como objetivo principal identificar e examinar os significados e sentidos atribuídos à educação policial, a partir do debate teórico presente na produção acadêmica – nacional e internacional, sobretudo de língua inglesa, que inclui estudos empíricos – sobre o assunto. Buscou-se por intermédio desse debate, apreender as referências gerais e específicas sobre o alcance e efetividade da educação policial para a promoção dos valores e normas próprios da profissão, das competências e das habilidades por parte de policiais para o campo de trabalho, especialmente em relação à adoção da filosofia e da estratégia de policiamento comunitário. Tratou-se de identificar e analisar aqueles fatores que a literatura indica como limitadores, ou ao contrário, como facilitadores neste tipo de recurso institucional – a educação policial – para a implementação desse modelo de policiamento específico com vistas a promoção da segurança pública.

Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, compreendendo o levantamento e a análise sobre a literatura especializada – nacional e internacional, em particular da língua inglesa –, relativa aos seguintes temas: educação policial, formação policial, ensino policial, treinamento policial, modelos de policiamento (especialmente o policiamento comunitário e estratégias semelhantes), democracia, políticas públicas, militarismo e cultura policial. A pesquisa da literatura internacional foi realizada por intermédio do acervo de títulos – livros, artigos, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pesquisa e periódicos acadêmicos – disponíveis na Maughan Library, King's College, Londres, Inglaterra. A produção acadêmica brasileira foi examinada essencialmente por intermédio dos resumos de teses de doutorado e de dissertações de mestrado do período de 2010 a 2015, que se encontravam no Portal Web da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

No escopo da pesquisa foi também previsto o levantamento e a análise de documentos relativos a formação profissional de policiais produzida pelo *College of Policing*, em Sunningdale, Inglaterra, com vistas a apreender os princípios que regem as funções e tarefas atribuídas à polícia no exercício das suas atividades cotidianas.

Neste artigo foi privilegiada a exposição dos resultados preliminares obtidos na pesquisa bibliográfica realizada, enfocando os pré-requisitos levantados no debate teórico presente na produção acadêmica – nacional e internacional – sobre educação policial, para o estabelecimento de uma formação policial profissional condizente com as exigências do trabalho policial baseado na filosofia do modelo de policiamento comunitário. Também são apresentados, os fatores que a literatura sugere como limitadores na formação profissional de policiais para a promoção especialmente desse modelo de policiamento.

O texto ora apresentado está organizado do seguinte modo: além desta apresentação é exposto, de forma resumida, o “cenário” da produção acadêmica sobre o tema da “educação policial” no Brasil. Na segunda seção são apresentados os fatores que, de modo geral, a literatura especializada sobre o tema indica como necessários para o fomento do modelo de policiamento comunitário e/ou de estratégias semelhantes, como também as deficiências encontradas nos programas de formação e treinamento profissional em academias de polícias de diferentes contextos nacionais, seguido de algumas considerações sobre o assunto. Ao final do trabalho encontram-se as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração do artigo.

1. Um breve cenário da produção acadêmica sobre “educação policial” no Brasil

No Brasil, a partir de meados da década de 90, assiste-se ao incremento da produção teórica, especialmente das ciências sociais, sobre segurança pública configurando-se na década seguinte um novo e promissor “campo” de produção de conhecimento sobre o assunto, reconhecido inclusive pelas agências oficiais de fomento em Ciência e Tecnologia, como a CAPES, CNPq e as FAPS -FAPERJ, FAPESP, entre outras (GROSSI PORTO, 2013). Ao longo desse período, diferentes estudos foram elaborados sobre agências, atores e práticas que compreendem o sistema de justiça criminal enfocando, com ênfases diversas, distintos aspectos da problemática – crime, violência, justiça, polícia(s) -, tendo como reflexão principal o controle democrático do crime e das diferentes expressões da violência na sociedade brasileira contemporânea.

Nesta direção, ressalta-se a produção de um número significativo de estudos desenvolvido no país sobre o trabalho policial, que procura compreender as funções, o papel e o lugar das polícias no contexto

democrático, com destaque para a ineficiência e a ineficácia da polícia para lidar com as questões da segurança pública, aliadas a persistência de um padrão violento e arbitrário nas práticas policiais cotidianas – seja da polícia civil, seja da polícia militar –, ainda que sob a égide do Estado Democrático de Direito. Nesses estudos, vários argumentos são levantados para explicar a manutenção desse padrão, a saber: a “herança autoritária” do regime militar (1964-1985), o militarismo, a “cultura policial”, a formação profissional, etc

Vale a pena destacar que no período, um dos temas frequentemente levantados por estudiosos da área de segurança, por formuladores de políticas públicas, por autoridades de governo e pelos próprios policiais relaciona-se a necessidade de profissionalizar a polícia brasileira como um recurso para capacitá-la para o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e da segurança públicas.

Em trabalho anterior (PONCIONI, 2012), pôde-se constatar a recorrência do tema em vários discursos, que enfatizavam a importância da educação policial, dentro e fora das academias de polícia, como um elemento importante da formação profissional para prover maior profissionalismo à polícia, com vistas a nortear mudanças para o desempenho de um padrão de atuação policial capaz de responder mais satisfatoriamente aos desafios relacionados à eficácia de suas ações, em um cenário de aprofundamento da democracia na sociedade brasileira.

Naquele contexto, adquiria importância crescente a ideia de reforma da área de segurança pública baseada no chamado paradigma de “segurança cidadã”, padrão de segurança pública difundido na América Latina, que se caracterizaria basicamente por priorizar princípios ajustados às exigências da democracia – *accountability*, participação social, profissionalismo, compromisso com a legalidade e o respeito aos direitos humanos, para citar os mais importantes – para fundamentar as ações dos órgãos estatais encarregados da efetivação da segurança pública

Desde então, no discurso oficial, o policiamento comunitário aparece como condição fundamental para responder de maneira adequada às exigências para redução do crime e da violência com o respeito aos direitos humanos, como também a educação policial é considerada um recurso indispensável para produzir as mudanças necessárias para a afirmação do novo enquadramento do trabalho policial.

Nesta direção, diversas propostas e iniciativas são desenvolvidas ao longo dos planos nacionais de segurança pública no país, com vistas a reforma dos órgãos de segurança tanto do ponto de vista dos recursos materiais, como do ponto de vista dos recursos humanos. Verifica-se,

ainda, que para o alinhamento com a concepção de segurança pública em pauta – a da chamada segurança cidadã – são implementadas importantes ações na área da educação policial, como também múltiplas experiências são criadas e desenvolvidas, principalmente pela polícia militar, sob o rótulo de “policiamento comunitário” – e/ou modelos congêneres.

No entanto, não obstante nos últimos anos se verifique o aumento de propostas e iniciativas com relação a formação e aperfeiçoamento profissional do policial – tanto do poder público, quanto da sociedade civil organizada, no nível federal e no nível estadual-, com vistas a estabelecer novos conceitos e práticas para o trabalho policial, a pesquisa bibliográfica realizada por intermédio do Portal CAPES mostrou, que a problemática da educação policial possui, no período estudado – 2010 a 2015 –, baixíssima representatividade nos estudos acadêmicos dirigidos a segurança pública no Brasil. Foram encontrados somente 115 (cento e quinze) trabalhos, a partir das seguintes categorias analíticas: “educação policial”, “formação policial”, “ensino policial” e “treinamento policial”. Ressalta-se, porém, que o exame desse material evidenciou que, desse total, apenas 25 são trabalhos diretamente relacionados com o assunto em foco. O restante, aparece em mais de uma categoria, podendo se repetir em até mesmo três delas. O total de 53 (cinquenta e três) trabalhos não tem qualquer relação com a problemática da educação policial e os que não estão nesse conjunto são trabalhos repetidos.

O resultado da pesquisa evidencia, ainda, que os estudos sobre a temática da educação policial vêm sendo ainda pautados sobre poucas pesquisas empíricas, de forma que seus resultados guardam pouca relação com o trabalho conceitual mais denso sobre o papel da educação policial desenvolvida nas academias de polícia para a transmissão e sedimentação de conhecimentos, valores e comportamentos pelos membros desse campo profissional específico.

Some-se a isso que, até o momento, há escasso número de estudos que reúnam pesquisas empíricas e avaliações críticas sobre os modelos de policiamento – suas premissas para a conduta policial, os objetivos visados, os meios utilizados para alcançá-los e as consequências para o exercício da atividade policial – e as práticas policiais que, de fato, são realizadas nos diversos estados do país, o que impede o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dessas experiências e, como consequência impossibilita a oferta de insumos para um amplo debate público e o estabelecimento de uma agenda para políticas públicas na área de segurança.

2. O modelo de policiamento comunitário nos programas de educação policial: pré-requisitos e deficiências indicados pela literatura especializada

A pesquisa bibliográfica realizada junto a literatura internacional sobre a questão da educação policial revela que, pelo menos desde os anos 80, uma considerável produção acadêmica sobre o tema – livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado – tem sido produzida, especialmente em países como Estados Unidos da América e Reino Unido. Nesses países, o desenvolvimento dos estudos sobre a polícia, em diferentes aspectos – estrutura, funcionamento, treinamento, “cultura”, dentre os mais importantes – decorre das mudanças nas políticas de justiça criminal e desenvolvimentos teóricos em criminologia, sociologia e direito, como também da necessidade de dar respostas a um crescente contexto de crime e de desordem e um incremento do questionamento público da autoridade, no qual a polícia torna-se cada vez mais visível, controversa e politizada em resposta a essas tensões e pressões (REINER, 2000).

Nesta direção, as pesquisas são progressivamente caracterizadas por temas que refletem os crescentes conflitos em que a polícia se envolve resultantes do crescente enfraquecimento do respeito ao *status quo* na sociedade em geral. O mau desempenho policial, marcado pela violência e por corrupção, motiva a realização de diversos estudos sobre questões importantes, como o profissionalismo, a educação e o treinamento policial e os padrões de desempenho necessários a serem alcançados para estabelecer e consolidar a reforma do funcionamento da polícia.

Observa-se que em grande parte dos estudos produzidos está presente a ideia de que a educação policial é uma importante ferramenta para a obtenção das competências e habilidades necessárias para o desempenho esperado da polícia, sob a égide do profissionalismo. Nesta perspectiva, são destacados os impactos positivos na qualidade e na *performance* dos policiais e nos níveis de satisfação com o trabalho.

De acordo com Manning (2005: 440), estudos recentes sobre a polícia, realizados por pesquisadores nos EUA e no Reino Unido, indicam que “o treinamento, a supervisão e a disciplina do efetivo policial influem sobre o nível de violência que se observa nas interações entre polícia e público”.

Outra noção importante, evidenciada nessa literatura, diz respeito a distinção entre educação e treinamento policial. De maneira geral, à primeira é atribuído o ensino geral de teoria, conceitos, políticas e práti-

cas, que visam oferecer condições para o estabelecimento do pensamento reflexivo, possibilitando ao indivíduo que se encontra no processo de aprendizagem reconhecer, categorizar, avaliar e compreender diferentes aspectos de um fenômeno para que possa prever os resultados prováveis de soluções concorrentes e dar respostas rápidas e eficientes. A segunda é basicamente conferido os procedimentos necessários para ensinar um método específico de desempenho de uma tarefa ou para responder a uma determinada situação. Nesta perspectiva, o assunto ensinado tem geralmente um escopo restrito, que envolve fundamentalmente técnicas, que são apresentadas e explicadas e praticadas repetidamente, até que se tornem um reflexo (O'KEEFE, 2004; HABERFELD, 2013).

Com relação particularmente a educação policial orientada para o policiamento comunitário, a produção acadêmica indica alguns pré-requisitos necessários para o estabelecimento de uma formação policial profissional condizente com as exigências do trabalho policial baseado neste modelo específico, no qual a resolução de problemas, o envolvimento da comunidade e a prevenção da criminalidade são fundamentais no desempenho do trabalho policial.

Nesta perspectiva, é desejado que o conteúdo do programa do curso de formação profissional seja capaz de agregar temas, assuntos e ideias entre si, como também é igualmente recomendado que esse conteúdo esteja interligado ao pensamento prático, possibilitando que os alunos possam vincular o conteúdo de aprendizagem a prática profissional. Além disso, é crucial que todo esse conteúdo esteja associado a métodos de ensino que incentivem o desenvolvimento de uma compreensão crítica do trabalho policial por intermédio de um processo de aprendizagem reflexiva. É recomendada a supervisão de campo e a realização de programas que possibilitem experiências relacionadas a atividade policial, haja vista que são recursos relevantes para incrementar a articulação entre teoria e prática profissional. Também é esperado para o desempenho das complexas atividades atribuídas ao policiamento comunitário, que a educação policial seja continuada, a fim de consolidar e aperfeiçoar conhecimentos para efetivo preparo do policial. Ou seja, uma vez concluída a formação profissional básica, o policial deve retornar aos “bancos escolares” para aprimorar os conhecimentos teóricos e práticos. De acordo, ainda, com essa literatura é imprescindível que todo esse conteúdo esteja estreitamente integrado aos valores e missão da polícia em questão.

Outro aspecto importante relaciona-se com a qualidade dos instrutores, que precisam ser capazes de prover o conhecimento especializado em policiamento comunitário. Para isso, eles precisam ter o domínio

de algumas áreas importantes, tais como comunicações, diversidade, resolução de problemas, e as relações polícia-comunidade e não apenas a experiência no campo.

Também é indispensável que hajam instalações e equipamentos apropriados nos centros de ensino e treinamento para que sejam possibilitadas experiências de aprendizagem satisfatórias no modelo do policiamento comunitário, como estudos de caso, apresentação de filmes seguida de debate, etc.

A parceria com universidades é outro fator relevante neste contexto, no sentido de complementar o ensino fornecido pelas academias de polícia, ministrando alguns conhecimentos específicos relevantes para o desenvolvimento do trabalho policial baseado nesse enfoque, tais como comunicação, cultura, violência doméstica, dentre outros.

Por fim, recomenda-se a realização de uma avaliação dos cursos por órgão independente, a fim de garantir as bases necessárias para uma análise criteriosa e objetiva, com vistas a recomendar as reformulações necessárias, isentas de interesses corporativos.

Grosso modo, o exame dos estudos – nacionais e internacionais – sobre o assunto, especialmente os que envolvem estudos empíricos indica também que há um *gap* entre o que é desejável e necessário para o preparo do policial e o que é oferecido pelas academias de polícia.

Nesta direção, algumas fragilidades em comum são apontadas nos cursos de formação e treinamento profissional desenvolvidos nos diferentes contextos nacionais estudados, comprometendo assim o efetivo preparo do policial para atuar no escopo da filosofia e das estratégias do policiamento comunitário.

Uma importante deficiência encontrada está relacionada ao conteúdo dos currículos dos cursos de formação profissional básica. Primeiramente, evidencia-se que não há um justo equilíbrio entre as horas dedicadas ao ensino das novas habilidades exigidas para a atuação adequada no policiamento comunitário e as competências tradicionais. Como mostra Haberfeld (2013), temas importantes para o padrão de policiamento comunitário têm menos horas atribuídas ao tema do que era necessário. Além disso, uma vez que o tema é introduzido, ele tem um número de horas alocadas para o módulo sem que se regresse a ele, impedindo assim que o novato possa incorporar, analisar, e retornar ao assunto, pelo menos, mais uma vez, para aprofundar o conteúdo em foco.

Outra fragilidade encontrada diz respeito a condição dos instrutores que, de modo geral, não estão preparados para prover uma formação adequada para qualificar o futuro policial, cuja formação profissional requer

um preparo sofisticado, em particular no que diz respeito a proatividade do policial para a resolução de problemas na comunidade em que atua.

Nesta perspectiva, observa-se que muitos departamentos de polícia nos EUA e no Brasil mantêm a formação profissional baseada em um modelo tradicional, de caráter burocrático-militar, focada em algumas áreas de conhecimento como o do direito, nos procedimentos de detenção, no controle de tráfego, no uso de armas de fogo, no treinamento físico e na condução de viaturas.

Frequentemente, é constituído nas academias de polícia um ambiente paramilitar, no qual prevalece uma mentalidade do “cara mal versus o cidadão de bem”, o “nós contra eles”, a assertividade da presença da polícia para o “combate” ao crime e o “conhecimento e a lei dos livros versus a lei em ação” (CHATTER, 2005, p. xii); as normas e as diretrizes da formação e treinamento profissional do policial que incidem sobre comunicação, diversidade, resolução de problemas, envolvimento da comunidade e prevenção da criminalidade são frequentemente negligenciados. Nesta direção Habermeld (2013:53) afirma,

“a solução de problemas e o pensamento analítico, tão inerente na vida diária de um policial, não são, lamentavelmente, os princípios orientadores da filosofia e métodos dos programas de ensino adaptados por muitas academias de polícia” (tradução livre).

Por fim, esses estudos indicam, ainda, que há certa descontinuidade entre as orientações para a formação profissional a cada mudança de comando e/ou direção ocorridas nas academias de polícia, prejudicando a consolidação dos valores, das normas, das competências e das habilidades para a formação profissional do policial para atuar no policiamento comunitário.

Algumas considerações sobre os resultados da pesquisa

Neste artigo, busquei reunir, ainda que preliminarmente, os resultados da pesquisa desenvolvida sobre o debate teórico presente na produção acadêmica – nacional e internacional, sobretudo de língua inglesa, que inclui estudos empíricos – acerca do tema da educação policial, enfocando privilegiadamente a discussão sobre os fatores que a literatura indica como limitadores, ou ao contrário, como facilitadores a educação policial para a promoção do modelo de policiamento comunitário.

Primeiramente, a pesquisa junto a literatura internacional sobre a temática, particularmente a que engloba estudos empíricos, revelou que não obstante o vasto número de trabalhos encontrados, as pesquisas se debruçam, em sua grande maioria, sobre a discussão teórica acerca da filosofia e das estratégias do policiamento comunitário, em detrimento da análise sobre o que de fato está sendo desenvolvido nas academias de polícia, por quem e de que modo para que se efetive o modelo de policiamento em foco (CHATTER, 2005).

Nesta direção, um aspecto em comum salientado nesses estudos, tanto na produção acadêmica nacional como na internacional sobre o assunto, é o de que poucas foram as mudanças efetivamente realizadas nos programas de formação e treinamento profissional desenvolvidos nas academias de polícia para implementar novos conteúdos e estratégias para a educação policial, sob a orientação do policiamento comunitário e seus congêneres.

A pesquisa bibliográfica realizada por intermédio do Portal CAPES indicou, que a problemática da educação policial possui, no período estudado, baixíssima representatividade nos estudos acadêmicos dirigidos a segurança pública no Brasil. Mais do que isso, a pesquisa demonstra, também, que os estudos sobre a temática da educação policial têm se apoiado em breves estudos empíricos, com pouca relação com o trabalho teórico sobre o assunto.

A escolha pela utilização das informações, por intermédio da base de dados da CAPES teve como critério fundamental a preocupação em basear a pesquisa em trabalhos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado que estão, supostamente, pautados pelo trabalho conceitual e a reflexão teórica oferecidos pelos programas de pós-graduação *stricto-sensu* do país.

Minha hipótese inicial para a seleção desse período estava relacionada a constatação em estudo anterior (PONCIONI, 2012) de que o tema “educação policial” havia alcançado a agenda pública no país e, por conseguinte, pudesse ter maior visibilidade como dimensão importante para a aquisição das competências e habilidades necessárias para o desempenho mais profissionalizado da polícia, obtendo assim a maior atenção de pesquisas acadêmicas no campo da segurança pública.

Embora não se adote a posição extrema, segundo a qual a educação policial é a chave-mestra de toda a vida profissional, ou que o *locus* da formação profissional e os seus atores sociais são os únicos e exclusivos responsáveis pela construção da identidade profissional do policial, acredita-se que estes assumem uma dimensão importante na constituição

da identidade profissional do policial, no estabelecimento da autoestima e da coesão deste grupo ocupacional específico, na sua socialização e na sua experiência profissional.

Neste sentido, causa certa perplexidade que a discussão de um tema tão relevante – a educação policial – até hoje não tenha merecido um tratamento nos estudos acadêmicos brasileiros à altura das dimensões que a problemática da [in]segurança pública e a ineficácia da polícia para lidar com a questão assume no país.

Com relação aos estudos internacionais, chama a atenção que, não obstante a expressiva quantidade trabalhos, parte considerável não considere também a análise sobre o que efetivamente está sendo desenvolvido nas academias de polícia, os meios e os modos utilizados para a “modelagem” do policial na perspectiva da filosofia e estratégias de policiamento comunitário.

Deste modo, a pesquisa desenvolvida, até o momento, indica que apesar de se observar a ampla difusão do modelo de policiamento comunitário, a partir dos anos 80, tornando-se a regra de conduta da policial em todo o mundo, há ainda um conhecimento superficial das atividades relacionadas a educação policial como objeto de estudo, teórico e empírico, no sentido de problematizar seu lugar, papel e funções na transmissão e sedimentação de conhecimentos, valores e comportamentos no campo profissional.

Não se quer com isso afirmar que o trabalho teórico e crítico não exista, mas ressalta-se que há certa insuficiência de um corpo substancial de trabalhos que analisem as diferentes dimensões que envolvem a chamada educação policial, bem como o impacto das mudanças fundamentais propostas pela filosofia e estratégias do policiamento comunitário na polícia para a promoção e consolidação de um serviço de segurança pública afinado com valores e princípios democráticos de controle social.

Constata-se que a educação policial, considerada um importante instrumento para o incremento de padrões de excelência no trabalho policial, não conseguiu ainda se firmar como objeto de estudo em relação aos estudos no campo da segurança pública.

Neste sentido, uma agenda de pesquisa com vistas a análise sistemática sobre o tema é imprescindível para fornecer uma reflexão ampla sobre os significados e sentidos atribuídos ao policiamento comunitário nos cursos de formação e treinamento profissional desenvolvidos pelas polícias, como também os efeitos e impactos destes nas práticas policiais para o controle social nas sociedades que se pretendem democráticas.

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. (1993), A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais. BIB*, São Paulo, Vol 35. BARREIRA, C.; ADORNO, S. (2010), A violência na sociedade brasileira in MARTINS, C. B.; MARTINS, H. T. de S. (coords.) Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Sociologia, São Paulo, ANPOCS.
- BAYLEY, D. H. and BITTNER, E. (1984), Learning the Skills of Policing. *Law and Contemporary Problems*, Vol. 47, N. 4, Discretion in Law Enforcement, pp. 35-59.
- CHAPPELL, A. T. (2005), *Learning In Action: Training The Community Policing Officer*. Dissertation presented to the Graduate School of the University of Florida in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy, University of Florida.
- FIELDING, N. (1996), Enforcement, service and community models of policing. In: SAULSBURY, W.; MOTT, J. and NEWBURN, T. (Eds.) *Themes in contemporary policing*. London: Independent Committee of Inquiry into Role and Responsibilities of the Police, p. 42- 59.
- HABERFELD, M. R. (2013), *Critical Issues in Police Training*. New Jersey, Pearson Education.
- KANT de LIMA, R, MISSE, M and MIRANDA, A P (2000), Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: Uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, BIB*, Rio de Janeiro, n. 50, 2º semestre, pp.3-167.
- LIMA, R. S. de (2009), (Coordenação Geral) Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Processo FAPESP n° 2008/00181-7.
- MANNING, P. K. (2010), *Democratic Policing in a Changing World*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- _____. (2005), Os Estudos sobre a Polícia nos Países Anglo Americanos. *Caderno CRH*, vol. 18, núm. 45, pp. 431- 446. Universidade Federal da Bahia.
- O'KEEFE, J. (2004), *Protecting the Republic. The Education and Training of American Police Officers*. New Jersey, Pearson Education.
- MILAN P, BOJANA, Virjent-Novak Melita Djuric and BRANKO L (1996), European Systems of Police Education and Training in Milan, P. *Policing in Central and Eastern Europe: Comparing Firsthand Knowledge With Experience From The West*. College of Police and Security Studies, Slovenia.
- PONCIONI, P. (2012), Políticas públicas para a educação policial no Brasil: propostas e realizações. *Estudos Sociológicos*, São Paulo, Araraquara, v.17, n.33, p.315-331.

- _____. (2005), O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Sociedade e Estado*, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610.
- PORTO, M. S. G. (2013), Pensando segurança pública no Brasil: desafios para a pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol 1, n.º 2, p. 277-297.
- REINER, R. (1994), *The Oxford Handbook of Criminology*, Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press , p. 705-771.
- _____. (2000), Police Research. *Doing research on crime and justice*. Edited by KING, R D. and WINCUP, E, Oxford University Press, p.205-235.
- SCOTT, J; EVANS, D; VERMA and A. (2009), Does Higher Education Affect Perceptions Among Police Personnel? A Response from India. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, Volume 25, Number 2, 214-236.
- SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. (2002), POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: Questões e Práticas Através do Mundo. Trad. PINHEIRO, Ana Luiza Amêndola. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Série Policia e Sociedade 6.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V.; NICHE, A. (2013), Mapeamento de Modelos de Ensino Policial e de Segurança Pública no Brasil. Política Nacional de Gestão e de Disseminação de Dados na Segurança Pública. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça*.
- ZALUAR, A. (1999), Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da re-democratização. *São Paulo em Perspectiva*, S.P., Vol 13, n.º 13.